



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681382 - AC (2021/0226518-5)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : TIAGO COELHO NERY
ADVOGADO : TIAGO COELHO NERY - AC005781
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PACIENTE : JOSE WILKEM ISAIAS BRAGA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JOSE WILKEM ISAIAS BRAGA, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE (HC n. 1001012-96.2021.8.01.0000).

O paciente figura como investigado em inquérito policial, no qual se apura a prática do crime previsto no art. 2º da Lei n. 12.850/2013, sobrevivendo decisão que decretou sua prisão preventiva.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a decretação da custódia, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Afirma que o paciente é primário e ostenta bons antecedentes, inexistindo indícios suficientes de autoria em seu desfavor.

Alega que o decreto construtivo careceria de fundamentação idônea.

Argumenta que não haveria contemporaneidade entre os fatos imputados ao paciente e a sua segregação antecipada.

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva do paciente ou, subsidiariamente, a revogação da custódia, com ou sem a substituição por medias cautelares alternativas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, verifica-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do paciente (fls. 24-26):

[...]

Importante registrar, que eventuais condições subjetivas por si sós, não obstat a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

Conforme destacado, a tese de insuficiência ou fragilidade das provas de autoria quanto ao tipo penal imputado consiste em alegação de inocência, a qual não encontra espaço de análise na estreita via do Habeas Corpus, por demandar exame do contexto fático-probatório.

Ademais, aponta o trabalho de investigação realizada pela Polícia Federal e Polícia Civil do Estado do Acre

por intermédio da FICCO – Força Integrada de Combate do Crime Organizado, onde foi identificado o nome do Paciente como integrante da organização criminosa "Primeiro Comando da Capital".

Sabe-se que em casos que envolvem associações criminosas voltadas à reiterada prática de delitos, mesmo quando não há indicação detalhada de atividade por eles desempenhada em tal organização, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, bem como este Sodalício, é assente no sentido de manter a clausura preventiva dos investigados, como forma de interromper suas atividades.

Note-se que, a despeito da relevância das alegações defensivas, mostra-se fragilizada a tese adotada, a considerar que o Paciente está sendo investigado por pertencer a uma das maiores organizações criminosas do país, fato que por si só, mercede maior atenção.

Como se vê, o deslinde da matéria demandaria aprofundado exame do contexto fático-probatório, incompatível com a via ora trilhada. Com efeito, segundo o STF, “não se admite no habeas corpus a análise aprofundada de fatos e provas, a fim de se verificar a inocência do Paciente” (HC n. 115.116/RJ, Relatora Ministra CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 16/09/2014, DJe 17/11/2014).

Também é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça que “reconhecer a ausência, ou não, de elementos de autoria e materialidade delitiva acarreta, inevitavelmente, aprofundado reexame do conjunto fático-probatório, sendo impróprio na via do habeas corpus” (RHC n. 119.441/CE, Relatora Ministra LAURITA VAZ, Sexta Turma, julgado em 7/11/2019, DJe 03/12/2019).

No caso dos autos, foi apresentados fundamentos idôneos para a custódia, (lista de integrantes da organização criminosa) com divisão de tarefas, supostamente especializada no tráfico de entorpecentes, homicídios, roubos e outros ilícitos.

Dessa forma, não há coação na manutenção da prisão preventiva quando demonstrado, com base em fatores concretos, que se mostra necessária, para diminuir ou interromper a atuação dos integrantes da associação criminosa, pois há sérios riscos das atividades ilícitas serem retomadas com a soltura.

Quanto à alegada ausência de contemporaneidade do decreto preventivo, de um lado não se observa decurso excessivo, tendo em vista que o mandado de prisão preventiva foi cumprido em 17/06/2021, sendo o decurso compatível com o lapso necessário para a realização das investigações, especialmente diante da complexidade dos fatos apurados e a quantidade de investigados.

Nesse sentido, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, entende que não há ilegalidade, por

ausência de contemporaneidade do decreto cautelar, nas hipóteses em que o transcurso do tempo entre a sua decretação e o fato criminoso decorre das dificuldades encontradas no decorrer das investigações, exatamente a hipótese dos autos.

Precedentes (RHC 137.591/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 18/05/2021, DJe 26/05/2021).

Ademais, as circunstâncias que envolvem as investigações demonstram que outras medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal são insuficientes para a consecução do efeito almejado. Ou seja, tendo sido exposta de forma fundamentada e concreta a necessidade da prisão, revela-se incabível sua substituição por outras medidas cautelares mais brandas.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência